

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E BIBLIOTECAS ACESSÍVEIS

Deise Tallarico Pupo

Silvia Helena Rodrigues de Carvalho

Vanessa Cristina Oliveira

Resumo: Descreve a educação inclusiva e bibliotecas acessíveis referentes ao atendimento a alunos com deficiência visual na Biblioteca Central César Lattes da UNICAMP. O Laboratório de Acessibilidade tem cumprido sua missão de propiciar um ambiente inclusivo de suporte ao ensino e aprendizagem aos alunos com deficiência visual.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Inclusão social; Deficiente visual.

1. INTRODUÇÃO

Os atuais paradigmas educacionais estão em crise, pois os padrões seguidos pelos nossos educadores que repercutem em suas práticas educativas não dão mais conta de solucionar os complexos problemas contemporâneos. Portanto, é necessário e urgente mudar os paradigmas, isto é, abandonar o conjunto de crenças, princípios e valores partilhados nesse momento e assimilar novos, como por exemplo, a proposta de educação fundada no paradigma inclusivo.

Nas escolas inclusivas, abertas às diversidades, o aluno tem a liberdade para aprender, de acordo com as suas condições, do jeito e no tempo que lhe são próprios, pois a singularidade de cada indivíduo é respeitada. O professor assume um novo papel, deixando de ser transmissor de conteúdos prontos e acabados, um mero mestre explicador e passando a ser o “articulador” do aprendizado, o mestre emancipador. Assim, as escolas que reconhecem e valorizam as diferenças, portanto, capazes de ensinar a turma toda sem exceções e sem exclusões demandam uma resignificação dos *processos de ensino e de aprendizagem*. O ensino expositivo foi banido de sua sala de aula, na qual todos interagem e constroem ativamente valores, conceitos e atitudes (MANTOAN, 2002).

Embora tenha que sofrer mudanças, a didática é uma ferramenta que pode auxiliar bastante na construção desse paradigma inclusivo.

Segundo o dicionário Aurélio (1995, p.221), a palavra didática significa “técnica de dirigir e orientar o aprendiz”. Mas, a didática não é um conjunto de “manuais de instrução”, “receitas”, as quais se seguidas passo a passo resultarão em sucesso. Também não é um conjunto de técnicas educacionais universais; um modelo pronto e acabado de ensino que se aplica de forma uniforme a qualquer turma, independente dos contextos culturais e sociais.

Portanto, um dos atuais desafios é “a superação de uma Didática exclusivamente instrumental e a construção de uma Didática fundamental” (CANDAUI, 1999, p.13). A didática instrumental estuda as diferentes teorias de ensino-aprendizagem, procurando ver as suas aplicações e implicações, pois tem por objetivo o “como fazer” a prática pedagógica. Já a didática fundamental, empenha-se em manter um constante diálogo entre teoria e prática, ou seja, a partir de experiências concretas, analisa e reflete sobre o processo ensino-aprendizagem, pois tem a finalidade de articular o “como fazer” ao “para quê fazer” e ao “por que fazer”, assim o educador é levado a pensar criticamente a respeito de suas ações diárias e, conseqüentemente, sobre o seu trabalho.

Nessa didática fundamental, a diversidade e a particularidade presentes em uma sala de aula são respeitadas e valorizadas. Ao aluno com deficiência visual são oferecidos os mesmos instrumentos que são dados aos seus colegas que enxergam, promovendo a autonomia e a emancipação dessas pessoas.

A emancipação intelectual é proposta por Rancière, através do rompimento desse paradigma clássico de ensinar, pois “explicar alguma coisa a alguém é, antes de mais nada, demonstrar-lhe que não pode compreendê-la por si só” (p.23). O ato de emancipar, portanto, pressupõe a libertação e o emancipado, uma pessoa independente.

Inclusão, emancipação, liberdade e independência... O principal objetivo da educação inclusiva é não deixar ninguém de fora da escola, da classe de ensino regular (em todos os seus níveis, desde a educação infantil até o ensino superior) e para tanto propõe uma organização escolar e pedagógica que considera todos os alunos em função de suas necessidades.

2. Educação inclusiva e legislação: a questão da deficiência

Segundo Pupo (2006), as ações e movimentos internacionais contra a discriminação aceleraram-se a partir da década de 1990: em 14 de dezembro deste ano, a Assembléia Geral da ONU propôs um novo enfoque no

programa das Nações Unidas sobre deficiência, passando [...] “da conscientização para a ação, com o propósito de se concluir com êxito uma sociedade para todos por volta do ano 2010”. (resolução 45/91).

Em 1993, a Assembléia Geral da ONU promulgou um documento intitulado *Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência* (resolução 48/96) que contém avanços consideráveis em promoção de igualdade de oportunidades no ensino e garantias de condições de acessibilidade e serviços de apoio, em ambientes integrados.

Em 1994, a ONU promoveu a *Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Específicas: Acesso e Qualidade* - em Salamanca, Espanha. A Declaração de Salamanca promoveu a busca de várias alternativas para que se cumprissem as propostas de ensino de qualidade para todos, transformando a educação brasileira básica em objeto de intensas discussões e reformas no sentido de adequar-se às novas demandas.

Outros documentos internacionais foram produzidos, com a participação do Brasil, podendo-se citar a *Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência*, celebrada em 1999 na Guatemala (que, em 2001, consolidou-se no Brasil, através do decreto 198); a Declaração de Caracas, em 2002, que reafirma o compromisso internacional com a intensificação dos esforços pela eliminação da discriminação e o comprometimento com a construção de contextos sociais inclusivos; e a *Declaração de Santo Domingo*, em junho de 2006, que trata da sociedade do conhecimento e sua relação com as novas tecnologias e inclusão digital.

Para as pessoas com deficiência, os principais resultados da legislação traduziram-se em ações voltadas à vida independente e autonomia, a partir do final do século passado, destacando-se: implementação de projetos de equiparação de oportunidades; implantação de redes de informação e implementação gradual das leis de cotas na contratação de pessoas com deficiência. Evidenciam-se os avanços em Ciência e Tecnologia e o desenvolvimento de novas tecnologias da informação e comunicação (TIC's) que ampliam as possibilidades de acesso de pessoas com deficiência à *Web*, e, conseqüentemente, ao conhecimento.

Inclusão, portanto, é um movimento que se iniciou em torno da busca pela educação de qualidade para todos. Em paralelo, a legislação brasileira, gradativamente estabelece normas, regulamentos e definições, numa perspectiva inclusiva, valendo ressaltar o **decreto 3298**, de 20 de

dezembro de 1999, que dispõe sobre a *Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência*; e a **portaria 3.284**, de 7 de novembro de 2003, que condiciona os processos de credenciamentos de instituições de ensino superior e reconhecimentos de seus cursos, pelo Ministério da Educação – MEC, à existência de infra-estrutura adequada, em equipamentos e serviços aos alunos com algum tipo de deficiência. Tais requisitos devem ater-se à **norma 9050 da ABNT** - Associação Brasileira de Normas Técnicas: *Adequação das Edificações, Equipamentos e Mobiliário Urbano à pessoa portadora de deficiência*, que contempla adaptações diversas aos alunos com deficiência física e auditiva.

2.1 Legislação e deficiência visual

Para alunos com deficiência visual, a lei determina que a instituição deve proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo máquina de datilografia braille, impressora braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz; gravador e fotocopiadora que amplie textos; plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio; software de ampliação de tela; equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal; lupas, régua de leitura; *scanner* acoplado a computador e plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em braille.

As Bibliotecas devem estar atentas à **Lei Nº 9.610**, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. O Capítulo IV, das Limitações aos Direitos Autorais, em seu art. 46 afirma que

Não constitui ofensa aos direitos autorais”, no inciso I - a reprodução, alínea d: “de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários.

Vale acrescentar um comentário acerca da lei dos direitos autorais, no sentido de que, apesar dos avanços, esta é uma questão que não está definitivamente solucionada. Algumas fundações (Dorina Nowill, por exemplo) ou organizações sem fins lucrativos, são autorizadas através de convênios para a reprodução de livros em alfabeto Braille. Quando os

meios se esgotam, é válido contatar o autor para obtenção de arquivos em *Word*, o que facilita os procedimentos de transcrição.

O **Decreto 5.296**, de 2 de dezembro de 2004 determina atendimento prioritário para pessoas com limitações físicas e sensoriais, gestantes, idosos respeitando-se a opção das mesmas.

Várias portarias e decretos visam favorecer pessoas com deficiência, no País, nos Estados e Municípios brasileiros. Mas a preocupação com a Acessibilidade e Inclusão Digital é compromisso formal do **Comitê Brasileiro de Acessibilidade** (CB 40), que inclui o Comitê de Estudos (CE 04); estes comitês discutem e estudam as propostas de normas nacionais visando à inclusão digital.

3 LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE: ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

A tendência atual de uma configuração inclusiva dos ambientes sociais e escolares e a necessidade de adequação da Universidade Estadual de Campinas à legislação brasileira vigente no atendimento aos alunos com deficiência motivou, em 2002, a criação, de uma sala de acesso à informação (coordenada por bibliotecária) e um laboratório de apoio didático (coordenado por pedagoga) - em um espaço da Biblioteca Central César Lattes dessa Instituição de Ensino Superior, denominado Laboratório de Acessibilidade (LAB).

Nesse ambiente são desenvolvidas atividades cujo enfoque é estimular a autonomia e a independência acadêmica dos usuários, a produção de material adaptado, além do desenvolvimento e utilização de *softwares* destinados a usuários com deficiência física e sensorial.

3.1 Adaptação de materiais para impressão Braille ou áudio

É preciso esclarecer que o LAB trabalha sob demanda, e a prioridade é dada aos alunos com deficiência da Unicamp. Isso não exclui o atendimento externo, que é sempre realizado desde que não interfira na necessidade local. Os alunos internos são cadastrados para verificação das suas necessidades bibliográficas. Devido à quantidade de leitura requerida e ao alto custo de material para impressão em Braille, e também às facilidades oferecidas pelas TIC's, a produção de textos atém-se, em maior volume, ao material digitalizado.

A produção de material adaptado segue alguns procedimentos, como tem sido feito para atender uma aluna de graduação do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação. O LAB entra em contato com os professores das disciplinas e solicita o cronograma e a bibliografia que será usada ao longo de seu curso. Verifica-se a existência ou não desse material *on-line*: no Sistema de Bibliotecas da Unicamp (SBU) ou na *web*. Quando o material bibliográfico é localizado, procede-se a digitalização que acontece da seguinte maneira: o texto é passado pelo *scanner* e depois são feitas uma cuidadosa correção e revisão (fig. 1). As páginas são enumeradas, respeitando-se o texto em tinta, pois caso o aluno com deficiência visual precise fazer um trabalho e queira citar o texto, ele terá condições para isso. As notas de rodapé são colocadas no final do texto para não atrapalhar a leitura do aluno. Caso ele sinta a necessidade de consultar a nota, basta dirigir-se ao final do texto. Em seguida, esse texto é enviado para o *e-mail* da pessoa para leitura com o auxílio dos leitores de tela. Os textos são impressos em Braille a pedido: para resenhas, seminários ou língua estrangeira, conforme preferência individual (fig. 2). Vale ressaltar que caso o material não seja localizado, a editora é contatada para saber se é possível a sua aquisição em arquivo digital. Correção de texto: uma das etapas desse processo.

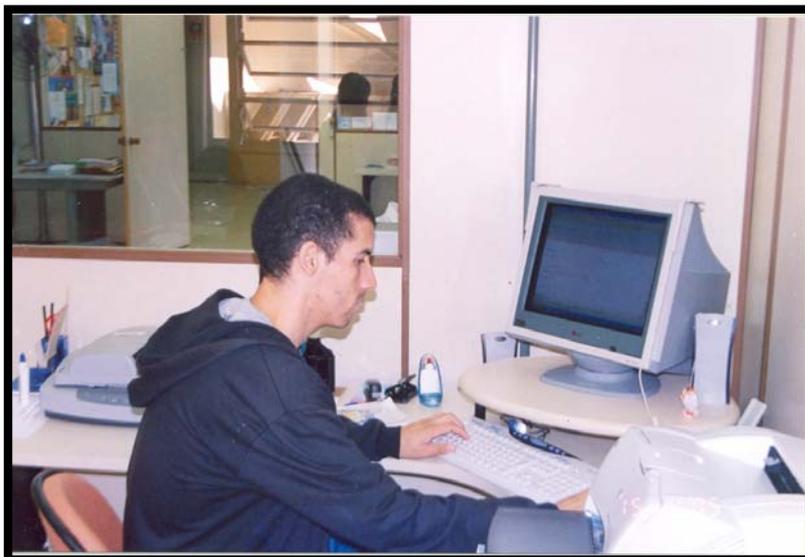


Figura 1: Produção de material adaptado para alunos com deficiência visual



Figura 2: Impressão de textos em braille por bolsista do LAB

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de quatro anos de atividades, o Laboratório de Acessibilidade tem cumprido sua missão de propiciar um ambiente inclusivo de suporte ao ensino e aprendizagem aos alunos com deficiência visual. Além disso, atrai projetos de outras unidades, como: Faculdade de Educação e Instituto de Computação, como o projeto PROESP/CAPES (2003-2008), que criou o grupo “Todos Nós – Unicamp Acessível”. Este grupo agrega 15 pesquisadores de diversas áreas do saber. Nos anos seguintes, convergiram para o LAB as pesquisas do Núcleo de Informática Aplicada à Educação (NIED) e da Faculdade de Arquitetura (FEC), que realizaram os testes com as maquetes táteis e sonoras, além de outros testes de acessibilidade em *software*, a pedido de alunos que trabalham com TIC’s do Instituto de Computação. A mais recente conquista consagrou-se na página *web* acessível da Diretoria Acadêmica da Unicamp (DAC), objeto de questionamentos de alunos cegos, que não conseguiam ter autonomia para consultas ao sistema, bem como efetuar suas matrículas *on-line*. Uma das pesquisadoras do grupo “Todos Nós”, Amanda Meincke Melo, trabalhou junto à usuária do LAB, Fabiana Bonilha, cega congênita. Depois de vários testes e treinamento com os funcionários da DAC, o portal *web* acessível foi solenemente implementado com a participação da

Reitoria da Unicamp e ampla divulgação à comunidade acadêmica no portal da universidade¹.

Atualmente, atendemos regularmente a três alunos de pós-graduação e uma aluna de graduação. Desses alunos, três são cegos e um tem baixa visão. Foram digitalizadas neste ano em torno de 1500 páginas, sendo dois livros completos e o trabalho é feito por bolsistas e estagiários da própria universidade, vinculados ao Serviço de Apoio ao Estudante (SAE). A colaboração dos bolsistas tem sido fundamental para o prosseguimento de nossas atividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Z. (org.). **A crise dos paradigmas e a educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

CANDAU, V.M. (org.). **Rumo a uma nova didática**. Petrópolis: Vozes, 1996.

FERREIRA, A.B.H. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p.221.

MANTOAN, M.T.E. Ensinando a turma toda: as diferenças na escola. **Pátio – Revista Pedagógica**. Porto Alegre, v. 5, n. 20, Fev./Abril/2002. p.18-28.

PUPO, D.T. Cumprindo a legislação. In: PUPO, D.T., MELO, A.M., PÉRES-FERRÉS, S. (org.) **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. p. 30-50. (prelo)

RANCIÈRE, J. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

¹ Notícia veiculada no portal da Unicamp em 02 de junho de 2007. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/divulgacao/BDNDI/NDI_406/NDI_406.html
Acesso em: 4 set. 2007

INCLUSIVE EDUCATION AND ACCESSIBLE LIBRARIES

Abstract: Describe the inclusive education and accessible libraries to attendance students with visual deficiency in the UNICAMP Central Library Cesar Lattes. The Laboratory of Accessibility has fulfilled its mission to propitiate an inclusive environment of support to education and learning to students with visual deficiency.

Keyword: Inclusive education; Social inclusion; Visual deficiency.

Deise Tallarico Pupo

Bibliotecária especialista em “Deficiência Visual e Surdez: fundamentos para a intervenção” pelo CEPRE-FCM-Unicamp, 2004 e bibliotecária do Laboratório de Acessibilidade (LAB) da Biblioteca Central Cesar Lattes da Unicamp.

E-mail: dtpupo@unicamp.br

Silvia Helena Rodrigues de Carvalho

Pedagoga especialista em Deficiência Visual. Coordena o Laboratório de Apoio Didático do LAB. Docente do Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação Prof. Dr. Gabriel Porto, da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp.

E-mail: scarvalho@fcm.unicamp.br

Vanessa Cristina Oliveira

Aluna de graduação do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FE) da Unicamp. Bolsista do projeto “Todos Nós” – Acesso, Permanência e Prosseguimento da Escolaridade de Nível Superior de Pessoas com Deficiência: ambientes inclusivos pelo Serviço de Apoio ao Estudante (SAE). Atua, principalmente, na produção de textos para transcrição Braille ou áudio.

E-mail: oliveira_van@yahoo.com.br

Artigo:

Recebido em: 28/08/2007

Aceito em: 15/10/2007

Apresentado em: 24/11/2007